

NATUREZA E DESENHO – O GESTO URBANÍSTICO NO BRASIL E A PRESENÇA DA MATA TROPICAL

AUTORES:

- Maria Angélica da Silva (phd)

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do PRODEMA (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Coordenadora do Programa de Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado (UFAL). Líder do Grupo de Pesquisa “Arquitetura da Cidade” (CNPq).

- Fernando Alves Honaiser

Arquiteto e pesquisador do Grupo “Arquitetura da Cidade”

1 - Introdução

A implantação das vilas e cidades no Brasil tiveram um caminho bem diferenciado da experiência européia, ao surgirem de forma súbita, a partir da decisão da Coroa. Na Europa, costumavam conhecer um longo caminho, iniciando-se por ocupações discretas, associadas ao meio rural, que iam, aos poucos, tomando feições urbanas mais sedimentadas.

No Brasil, as cidades nascem prontas. Antes dos portugueses, não existia uma experiência urbana implantada no território já que as povoações indígenas eram semi-nômades. Portanto, no contexto das Descobertas, pode-se falar que o gesto urbano surge de um embate direto com a paisagem natural. Vilas e cidades precisam vencer a mata para existirem, mesmo dependendo essencialmente dela para a sobrevivência.

Pode-se afirmar que esta operação urbana já nasce regida por uma atitude absolutamente científica por parte dos portugueses? Até que ponto, mitos e crenças medievais inserem-se nesta experiência? Como foi o embate com outros povos e culturas presentes na cena da colônia, especialmente com os nativos e com os africanos?

Sinalizando a possibilidade da atitude urbana vir carregada de memórias de outros tempos e outros contextos, pretende-se nesta comunicação atentar para as especificidades da situação nos primeiros momentos da experiência de urbanização na colônia portuguesa na América, abordando a sua produção através da análise de narrativas iconográficas e textuais dos séculos XVI e XVII e

enfocando os possíveis ritos de passagem, de uma paisagem predominantemente natural para uma paisagem edificada.

Neste sentido, foram examinadas várias coleções de imagens referentes aos mais antigos núcleos urbanos situados no nordeste brasileiro e selecionadas para análise, as imagens que mais instigaram a pensar sobre o tema eleito como objeto desta comunicação.

2 – A mata e seus habitantes

Os nativos do Maranhão julgavam existir, na altura do Trópico de Capricórnio, um belo país chamado Caeté. Este país compunha-se de uma floresta grande, com árvores admiráveis. Ali haviam habitado no passado. Temerosos dos portugueses, abandonaram esta floresta mágicaⁱ.

A migração foi a saída para várias tribos no início da colonização do Novo Mundo pelos portugueses. Embora a carta de Caminha descreva o caráter amistoso dos primeiros encontros, a partir daí a necessidade de colonizar a terra justificou, para os portugueses, a atitude de subjugar os nativos e explorar a floresta. Os nativos escolheram várias rotas para a fuga e por onde iam tomavam nomes derivados do lugar da residênciaⁱⁱ.

Há controvérsias sobre o rumo da migração. Uma hipótese que é amparada por várias fontes, sugere que esta se deu de sul para o norte, a partir da bacia Paraná-Paraguai. Um segundo modelo foi articulado mais recentemente, baseado em interpretações arqueológicas e inverte o sentido de deslocamento de norte para sulⁱⁱⁱ.

Portanto, por motivos próprios ou para fugir dos que vinham em “grandes canoas”^{iv}, o fato é que havia entre os povos nativos uma grande capacidade de desterritorializarem-se, como se a preservação do seu ser não necessitasse de uma base geográfica perene. Segundo alguns autores, a ancoragem destes povos estaria na língua ou na religião e não no território.

Os povos Tupinambás^v, no contexto do século XVI, estavam quase todos localizados no litoral brasileiro. Alguns autores afirmam que sua presença na costa devia-se à exuberância da mata atlântica, com clima ameno e abundância de matas com uma largura média de duzentos quilômetros, oferecendo ecossistemas propícios para a caça e para as atividades coletoras^{vi}. Mas seus conhecimentos navais eram rudimentares e sua principal fonte alimentar, segundo Nimuendaju., era a agricultura e a caça e não a pesca. Também, segundo o autor, o litoral como via

de comunicação era complicado já que os rios que, no interior da terras servem de transporte, no litoral não é possível segui-los. Há uma franca opção pelo litoral explicada por Nimuendaju, não por motivos vinculados à condição de subsistência mas por razões religiosas.

“Tais considerações me levaram à suposição de que a mola propulsora para as migrações dos Tupi-Guarani, pertencentes aos povos Tupinambás, não foi sua força de expansão bélica, mas de que o motivo tenha sido outro, provavelmente religioso...”^{vii}

A questão da migração vai atingir assim, um outro formato, quando o “complexo profético – migratório Tupi-Guarani”^{viii} passa a ser explicado pelo tema da “Terra sem Males”. Neste caso, a convergência de mitos dos nativos com o mito cristão do Paraíso surge como motivo para a migração desses povos.

“Vindos de muito longe, de além mar, em grandes embarcações (...), com estranhos poderes e úteis objetos , os europeus foram associados aos grandes xamãs tupinambá, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e lhes falando de uma vida edênica. ”^{ix}

Estas idéias coincidiam com a crença tupi de uma terra sem males, localizada na direção leste ou oeste, que podia se alcançada em vida. Os grandes pajés –os *caraiíba* – justamente pregavam sobre isto, trazendo uma possível razão para a itinerância constante daqueles povos. Os missionários, que ganham a denominação de *caraiíba*, também, como andarilhos solitários, vagavam pelas matas, falando aos nativos, diagnosticando e buscando curar seus males, conclamando-os para ouvirem suas mensagens^x. Outra convergência que ocorria entre o *caraiíba* nativo e o *caraiíba* europeu era o poder da fala. Falar bem estava associado ao poder, ao exercício de alguma liderança. Todas estas razões levaram à articulação daquela idéia de uma terra sem males, ao modo do Paraíso Terreal, que exigia, para ser atingida, um longo deslocamento, como o fizeram os portugueses atravessando os mares.

Talvez se possa entender o território na compreensão dos nativos, para além das razões da migração, que levava a desenharem seu sistema de fixação em rede, sempre provisória, tecida por entre várias aldeias e caminhos. Estas seriam, porém, as marcas menores. A origem e razão da existência dos povos nativos estaria ligada à formação da Terra. As nações indígenas teriam sido semeadas no ventre da Mãe Terra^{xi}, engastadas sobre a sua superfície, alimentadas por seus cabelos verdes, abrigadas em suas reentrâncias com seus canais líquidos. Esta morada ampliava-se ainda mais, absorvendo os ciclos da natureza, as estações, os quatro elementos. Enfim, alçava seus

limites rumo ao cosmos: sol e lua. Todo este universo entrelaçava-se como as teias de uma aranha, e todos os sinais da natureza permitiam a leitura da vontade dos deuses. Era preciso afinar o corpo com a fala sagrada, que traduzia-se na música. Sabendo da importância da língua, do canto e da dança, os jesuítas organizarão a gramática, seduzirão os nativos pelo canto e introduzirão entre eles a prática do teatro.

As várias fontes consultadas permitem afirmar que nativos habitavam em malocas, cobertas de folhas e ramos^{xiii}. Informações sobre a forma destas habitações será encontrada na iconografia que acompanha os diversos relatos de viagem produzidos por europeus que visitaram as terras. Destaca-se a de Hans Staden, de 1557, com mais de cinquenta gravuras, que permitem comprovar a importância do espaço interno, formado pela aglomeração das malocas, para a vida coletiva dos povos nativos^{xiii}. O número de habitantes da terra, no século XVI, ainda é calculado de forma pouco precisa^{xiv}.

“Em um século os Tupi foram expulsos do litoral – um rico nicho ecológico que haviam conquistado progressivamente nos cinco séculos anteriores – pela violência, pela fome e pelas doenças. Eram inúmeros os movimentos migratórios forçados e/ou voluntários para o interior – os Tupi fugiam das epidemias, da escravização, buscavam novos territórios. Esse era, não há dúvida, um contexto propício à atualização do discurso profético, e deve ter favorecido esse aspecto da cosmologia e do xamanismo tupinambá. Ademais, os xamãs se encontravam numa posição particularmente incômoda: as epidemias e a mortandade afetavam de uma forma direta sua prática de cura, bem como faziam crescer as suspeitas sobre sua atuação como feiticeiros, como aqueles que produzem a morte.”^{xv}

Quando nos movemos para o cenário urbano, torna-se mais difícil precisar o lugar do nativo. O que podemos constatar é que a vila ou cidade do colonizador surge muitas vezes sobre o lugar de moradia do nativo, que é arrasado. Este é o caso da cidade do Salvador e de Olinda. Pela iconografia, especialmente a produzida pela família dos Teixeira Albernaz, reconhece-se a importância das aldeias, que são representadas nos mapas. Os povos indígenas também produziram suas iconografias, através dos desenhos nas cerâmicas, do traçado da cestaria e na própria pintura do corpo. Sua interpretação ainda constitui desafios a serem superados pela prática da leitura iconográfica...

Os africanos também conheciam a prática dos movimentos migratórios. Mas na África, a errância dava-se como uma expressão diferenciada do que será construído pelos nativos no Brasil e pelos europeus. A condição agreste de grande parte do território africano de onde vieram os primeiros povos para o Brasil, justificava esta atitude e bem como as guerras entre as tribos. Também era razão para a prática da escravidão entre as próprias tribos africanas. A escravidão em massa teria se iniciado no mundo islâmico, tendo como um dos seus argumentos o julgamento de determinados povos africanos como inferiores, por guiarem-se por religiões animistas, que não estavam no Alcorão ^{xvi}.

Um dos argumentos para a difusão da escravidão era a dificuldade em estabelecer a propriedade privada da terra em regiões desérticas, restando localizar o valor de venda, uso e troca no próprio corpo do indivíduo. Sem conhecer a noção de propriedade territorial, adotava-se a escravidão que era, mais que uma prática econômica, uma forma de organização social. Portanto, o que explica a escravidão não seria o sub-desenvolvimento do continente africano mas diferentes estratégias de lidar com a condição de sobrevivência naquele contexto ^{xvii}. A questão da escravidão liga-se ao território também pela idéia do indivíduo ver-se destituído da sua própria terra para aplicar seus esforços no cultivo do espaço do outro ^{xviii}.

A conversão dos africanos ao Cristianismo começa na África. As crenças locais baseavam-se, dentre outros fatores, nas forças dos ancestrais e nas divindades territoriais, e é atravessado pela polaridade básica do masculino e do feminino ^{xix}. De acordo com alguns autores, estas crenças não variaram muito com o passar dos séculos no contexto da África ^{xx}, embora certas práticas tenham sido misturadas aos princípios do Cristianismo.

Os africanos demonstrarão grande flexibilidade frente à situação encontrada no Novo Mundo. Aqui encontrarão a floresta e não mais o deserto e vários rituais se desenvolverão a partir do culto relacionado com os vegetais. As cerimônias não podem prescindir de folhas de várias espécies. As plantas possuem virtudes e são portadoras de *axé*. As árvores são consideradas moradias dos ancestrais de alguns orixás e é interessante notar que várias das que recebem um atributo especial atualmente, já são plantas nativas do Brasil como a gameleira branca (*ficus doliaria*), a embaúba (*Cecropia palmata*) e outras.

Os terreiros representam historicamente uma forma de resistência cultural e de manutenção da coesão social dos grupos migrados para o Novo Mundo. Suporte para as antigas cosmogonias africanas, os terreiros costumam diferenciarem-se por alusões a regiões na África, como uma velha

memória que acompanhasse aqueles povos em outras terras (terreriros *ketu, angola, jeje, efam, ijexá* etc) ^{xxi}.

4 - Os portugueses

Os portugueses, também migrantes para a nova terra, encontraram aqui um cenário natural a tal ponto impactante, que reativaram o mito do Paraíso Terreal como tão bem mostrou Sérgio Buarque de Holanda. Porém também tiveram que conceder espaço de troca com os outros povos, seja nas práticas religiosas, como também nos mais diversos aspectos da vida urbana. Quando as vilas e cidades começam a surgir, o imperativo de segurança e defesa justificava um acordo com o contexto, através da produção de fronteiras, um circuito de arquiteturas de segurança – fortes, muralhas, redutos, baterias - que associados a certos elementos da paisagem natural, impediam a chegada fácil do inimigo. A mata devia ficar distante. Já a relação entre o espaço edificado e o natural dentro do espaço urbano, se dava mesclado de um caráter mais íntimo. Tratava-se de um natural “construído”, localizado nos ambientes domésticos dos quintais com pomares e hortas, das casas e dos conventos, ou nos campos de plantio de cana, geralmente periféricos às povoações. Era a natureza adaptada para as necessidades do homem colonizador. Distante da rua, do adro, do terreiro português.

Mas permanecia a necessidade do contato com a floresta. A ampliação da vida urbana atingia também o interior da mata, levava à sua transformação seja pela exploração dos seus recursos, seja pela introdução de novas espécies. Algumas adaptaram-se tão bem na América, de forma que pouco se diferenciava, em curto espaço de tempo, o que era nativo e o que foi trazido dos outros continentes. Um novo universo natural veio no lastro dos navios portugueses e na bagagem do africano, pois o sistema escravista não só teve de trazer o negro para esta colônia, mas foi necessário importar seu sistema alimentício ^{xxii}.

Era na mata que se escondiam índios e negros palmarinos, que não raro assaltavam os engenhos e vilas. Era para a mata que o gado fugia e a onça atacava. Mas era também na mata, que se extraía a madeira para a construção de casas, paliçadas e embarcações. Ícones que remetam à floresta estarão sempre presentes na iconografia da época, especialmente no material cartográfico. É o caso do famoso mapa “Terra Brasilis” de Lopo Homem, de 1519, que conheceu outro grande momento de divulgação no contexto da comemoração dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil. Neste mapa está clara a representação da floresta sendo destruída e a presença de figuras ligadas ao tema

do Paraíso, como as aves como o papagaio e um dragão. As próprias expressões emblemáticas do território americano como um todo estarão definitivamente ligadas a aspectos naturais do território. As palmeiras surgem também insistentemente na cartografia, confirmando aqui, como lugar dos buritis.

Vilas e cidades deste período serão largamente difundidas por desenhos e gravuras. Contudo esta produção de imagens não será de origem portuguesa e sim legadas pelos holandeses, especialmente durante o tempo em que se contou com a presença de João Maurício de Nassau no Brasil. As gravuras de Frans Post, por exemplo, nos revelam, na sua maior parte, a vila e a cidade portuguesa na América.

Este material não apenas mostra como era a vila e a cidade no século XVII. Os aspectos edificados da paisagem nordestina produzidos pelo colonizador e paralisados no tempo pela mão do artista, muitas vezes extrapolam seu contexto temporal. Através do estudo iconográfico, foi possível perceber permanências que chegam a atualidade, bem como localizar precisamente muitos dos elementos que um dia configuraram a paisagem do Brasil-holandês no século XVII. Este material, geralmente analisado com pouca profundidade do ponto de vista dos estudos urbanos e arquitetônicos, têm muito a nos informar sobre o início destes núcleos idealizados pelos homens do além-mar.

É evidente que estas povoações construídas no Brasil, estavam inseridas numa estrutura comunicante de proporções globais. Por um lado, a mão portuguesa as construiu e direcionou o traçado de suas ruas e caminhos. Por outro, o comércio e a produção do açúcar que levava/trazida de/para outros continentes sua força trabalhadora, o braço escravo, e os produtos dos engenhos, carregava também um grande cabedal de influências culturais que vão sendo disseminadas, através dos portos e dos homens.

Esta economia-mundo interligava nações, misturava raças e culturas e refazia paisagens. Os modelos europeus foram base para a formação das vilas e cidades. Os códigos bíblicos catequizavam os índios, antes senhores deste território. Mas nativos e africanos faziam destes modelos, outros.

Os mapas, que serviram de base nesta pesquisa, são documentos de posse da terra e servem como emblemas visuais do processo de reordenamento da ecúmene. Como mostra Paul Zumthor, só no contexto do século XVI seria possível colonizar terras, embora vários dos territórios colonizados já

fossem conhecidos previamente pelos povos europeus. Pretender que a terra do outro se torne o seu “Natal” é um gesto que necessita um nicho cultural específico. Justifica-se pela religião a possibilidade de ocupação do lugar do outro^{xxiii}. Os séculos coloniais indicavam tempos de mudanças.. Nem tão distantes dos tempos de hoje...

ⁱ Para os Tapuias havia Pindorama, o “lugar dos buritis”, que abrigava os antepassados destes povos . JECUPÉ, Kaka werá, *A Terra dos Mil Povos*, São Paulo, Ed. Peirópolis, 1998, p. 33.

ⁱⁱ “*Uns povoaram a região costeira, ficando conhecidos como ‘Paraná-Guara’; outros povoaram o interior, a serra do Ibiapaba, ficando conhecidos sob o nome de ‘Ibiapaba-Guara’; outro grupo apossou-se da Ilha do Maranhão, ficando conhecido como ‘Maranhão-Guara’.* Ainda povoaram a terra firme até as imediações do Amazonas.” Abbeville, apud FERNANDES, Florestan, *A organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Hucitec, 1989, p. 39.

ⁱⁱⁱ Ver Fausto in CARNEIRO DA CUNHA (org), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1998, p. 382-383.

^{iv} Jecupê, 1998, p. 19.

^v Seguindo o procedimento de Fausto, adota-se a denominação “Tupinambá” para todos as nações de nativos que se expressavam em língua Tupi. Ver Fausto, in Carneiro da Cunha, 1998, p. 383.

^{vi} MAESTRI, Mário, *Os senhores do litoral*, Porto Alegre, Editora da URGs, 1995, p. 9.

^{vii} NIMUENDAJU, Curt Unkel, , *As lendas da criação e destruição do mundo*, São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1987, p. 108.

^{viii} Viveiros, in Nimuendaju, p. XXVI.

^{ix} Fausto, Carlos, “Fragmentos de história e cultura tupinambá...” in Carneiro da Cunha, 1998, p. 385.

^x “*Não eram só os soldados da Companhia de Jesus que se assemelhavam aos caraíba (...) Também os soldados da colonização, - em seu afã guerreiro, seus instrumentos, suas armas, suas promessas, suas doenças – eram espécies de caraíba. Assim, por esse termo ficaram conhecidos os europeus, e seu nome espalhou-se pelo interior, mesmo entre grupos não-tupi. É no contexto desse deslizamento de significados, essa ‘aventura semântica’ na expressão de Melià, (1986:17), que se pode entender melhor o lugar ocupado pelos conquistadores na cosmologia indígena e, dessa forma, iluminar o círculo hermenêutico de (des) entendimentos recíprocos da história colonial. Essa perspectiva torna mais sutil a compreensão, por exemplo, da eficácia dos descimentos jesuítas, de muitas das táticas das bandeiras paulistas, ou da participação central de não-índios em alguns movimentos migratórios tupi (Albeville, 1975:252; Knivet, 1947)* “Fausto, idem, ibidem, p. 386.

^{xi} Jecupê, 1998, p.26.

^{xii} Ver Fernandes, 1989, p. 59 a 63.

^{xiii} A impossibilidade de inserir imagens no texto levou à redução desta parte do texto, apesar de sua importância. Contudo, será melhor explorada durante a apresentação oral.

^{xiv} Segundo Fausto, há dois extremos para este cálculo. Segundo Steward, este número seria 189 mil Tupinambás no final do século XVI e para Denevan, seria um milhão de indígenas. Ver Fausto in Carneiro da Cunha, 1998, p. 382-383.

^{xv} Fausto in Carneiro da Cunha, 1998, p. 387.

^{xvi} CARVALHO, Marcus J. M. “Relações afro-brasileiras no século XVII Recife/Luanda”, in ANDRADE et al, *Tempo dos Flamengos & outros tempos*, Recife, Ed. Massangana, 1999, p. 185-186.

^{xvii} THORNTON, John, *African and Africans in the making of the Atlantic World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p.74.

^{xviii} “*Mesmo a idéia de escravidão implicava, na Antiguidade, a questão espacial. Os sumérios, por exemplo, designavam ‘escravo’ com uma palavra que significava literalmente ‘a mulher que veio de outro lugar’.* Escravo era de fato aquele que - por razões da derrota na guerra, não pagamento de dívida, grave ofensa à ordem reinante etc. – via-se destituído de terra, isto é, da posse de um território próprio., para aplicar-se ao cultivo do espaço alheio.” MUNIZ, Sodrê, *O terreiro e a cidade*, Petrópolis, Vozes, 1988, p. 14.

^{xix} Thornton, 1998, p. 251.

^{xx} Thornton, idem, ibidem..

^{xxi} TEIXEIRA, Maria Lina Leão & PESSOA DE BARROS, José Flávio, “*Sassanhe: o cantar das folhas e a construção do ser*”, in FORMIGLI, Ana Lúcia (org), *História, natureza e cultura – parque metropolitanado de Pirajá*, Salvador, Ed. Do Parque, 1998, p.81.

^{xxii} “*...à medida que avançam os valores, e as instalações portuguesas reforça-se a estrutura africanizante das produções e das práticas sociais. As plantas africanas são indispensáveis, tanto mais que os proprietários dos escravos que trabalham nas roças não fornecem nenhum alimento aos africanos: estes terão de cultivar.*” MARGARIDO, Alfredo, *As surpresas da flora no tempo dos descobrimentos*, Lisboa, Elo, 45.

^{xxiii} ZUMTHOR, Paul, *La mesure du monde*, Paris, Seuil, 1993. Ver também Muniz, 1988, p. 14.